

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GILMAR FERREIRA DE MORAES

**O RIO GRANDE DO SUL COMO SEGUNDO POLO INDUSTRIAL DO PAÍS:
UMA ANÁLISE DA ABERTURA EMPRESARIAL GAÚCHA A UMA NOVA
ORDEM ECONÔMICA 1971-1974**

Porto Alegre
2012

GILMAR FERREIRA DE MORAES

**O RIO GRANDE DO SUL COMO SEGUNDO POLO INDUSTRIAL DO PAÍS:
UMA ANÁLISE DA ABERTURA EMPRESARIAL GAÚCHA A UMA NOVA
ORDEM ECONÔMICA 1971-1974**

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial e último à obtenção do grau de Doutor no Programa de Pós-Graduação em História, área de Concentração: História das Sociedades Ibéricas e Americanas.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos

Porto Alegre
2012

Catlogação na Fonte

M827R	Moraes, Gilmar Ferreira de O Rio Grande do Sul como segundo polo industrial do país: uma análise da abertura empresarial gaúcha a uma nova ordem econômica 1971-1974 / Gilmar Ferreira de Moraes. – Porto Alegre, 2012. 224 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pós-Graduação em História, PUCRS. Orientador: Dra. Maria Cristina dos Santos. 1. Desenvolvimento Industrial - Rio Grande do Sul. 2. Abertura de Empresas. 3. Indústria - Aspectos Econômicos e Políticos. 4. Polo Industrial . I. Santos, Maria Cristina dos. II. Título. CDD 338.45
-------	--

Bibliotecário Responsável

Ginamara de Oliveira Lima
CRB 10/1204

GILMAR FERREIRA DE MORAES

O RIO GRANDE DO SUL COMO SEGUNDO POLO INDUSTRIAL DO PAÍS: UMA
ANÁLISE DA ABERTURA EMPRESARIAL GAÚCHA A UMA NOVA ORDEM
ECONÔMICA 1971-1974

Tese de doutoramento apresentada como
requisito parcial e último à obtenção do grau
de Doutor no Programa de Pós-Graduação em
História, área de Concentração: História das
Sociedades Ibéricas e Americanas.

Aprovada em: 03 de dezembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Maria Cristina dos Santos - Orientadora PUCRS

Profa. Dra. Áurea Tomatis Petersen - PUCRS

Profa. Dr. Cláudia Musa Fay - PUCRS

Prof. Dr. Flávio Madureira Heiz - PUCRS

Prof. Dr. Rodrigo Perla Martins - FEEVALE

Porto Alegre
2011

Dedico esta tese a minha família, que tanto apoiaram e incentivaram o meu crescimento profissional.

AGRADECIMENTOS

Ao longo desta pesquisa recebi o carinho e apoio de diversas pessoas, a quem sou realmente agradecido, entretanto não as relaciono nominalmente pela possibilidade de omissões e consequentes injustiças. Assim, prefiro optar por um sincero agradecimento coletivo. No entanto, algumas pessoas são, ou foram fundamentais para a realização dessa pesquisa.

Ao PPGH e à PUCRS pela concessão da bolsa de estudos sem a qual esse período de estudos não teria sido viável.

Também agradeço à Carla e ao Adilson, sempre atentos e competentes no apoio solicitado.

A professora Maria Cristina dos Santos, que assumiu a orientação desse estudo na reta final, mais de que uma orientação me proporcionou valores de ética e de profissionalismo. Muito obrigado!

Ao professor Flavio Madureira Heinz, pelas suas valiosas orientações a conclusão dessa tese. Muito obrigado!

A professora Aurea Tomatis Petersen, suas considerações contribuíram comigo ao longo da tese. Muito obrigado!

No plano pessoal, meus familiares e amigos, se não pelas contribuições, agradeço pela paciência.

Quero agradecer aos meus filhos, pela compreensão da ausência, principalmente, por consistir em fonte de inspiração de tudo aquilo que exerço.

Em particular, à Carla Xavier dos Santos, pelos diálogos, sempre temperados de grandes divergências os quais contribuíram para meu crescimento profissional. Obrigado!

Quero agradecer, ainda, ao Jornal do Comércio e a FIERGS, entidades que abriram as portas de seus arquivos para que eu pudesse buscar o material utilizado na tese.

RESUMO

O presente estudo descreve a conjuntura do desenvolvimento industrial entre 1970 e 1974, tendo como pano de fundo a ação estratégica do Estado e da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul (FIERGS) que buscava elevar o setor industrial gaúcho à condição de segundo polo industrial do país. Nessa direção, o objetivo geral desse estudo é avaliar o grau de abertura do empresário industrial gaúcho a uma nova ordem econômica. Portanto, buscou-se verificar o grau de abertura alcançado pelos industriais, através de dados referentes aos níveis da inovação tecnológica, política industrial, mentalidade empresarial, características das empresas e da ação política da Federação e do empresário a adoção de uma nova forma de ver a situação e fazer escolhas em outras bases. Dessa forma, através dos objetivos específicos, analisou-se o arranjo político-institucional do Estado mediante a política industrial, tendo como objeto análise o programa de incentivos financeiros ao fomento de investimento industrial, por outro, analisou-se ação estratégica da Federação com relação à política industrial e ao tema da qualificação empresarial e das inovações para as empresas gaúchas. Assim, o intento dos objetivos específicos apresentados é o de acomodar um referencial a partir do qual a discussão indicada ganhe importância e inteligibilidade. Neste contexto, levantou-se como hipótese fundamental, que os mecanismos criados para desígnio de ser o segundo polo industrial do país proporcionou condições à formação de uma mentalidade empresarial a uma nova ordem econômica, que nessa conjuntura, foi estimulada pela necessidade de enfrentar com mais intensidade e eficácia o problema da excelência empresarial e da liderança competitiva, até por questão de sua própria sobrevivência.

Palavras-chave: Rio Grande do Sul. Polo Industrial. Abertura Empresarial.

ABSTRACT

This study describes the situation of industrial development between 1970 and 1974, with the backdrop of the strategic action of the State and Federação da Indústria do Rio Grande do Sul (FIERGS) that aims to raise Rio Grande do Sul's industrial sector to a condition of the second industrial center of the country. Towards this direction, the overall objective of this study is to evaluate the degree of openness of the industrial entrepreneur from Rio Grande do Sul to a new economic order. Therefore, this study sought to ascertain the degree of openness achieved by the industry workers, through data related to levels of technological innovation, industrial policy, business mentality, business characteristics and from the politic action of the Federation and entrepreneur to the adoption of a new way of looking at the situation and to make choices in other bases. Thus through specific objectives, it was analyzed the state's political-institutional arrangement through the industrial policy, having as analysis object the program of financial incentives to encourage industrial investment, on the other hand, it was analyzed the Federation's strategic action with respect to the industrial policy and the matter of entrepreneurial qualification, as well as innovations for companies from Rio Grande do Sul. Thus the intent of these specific objectives is to accommodate a referential from which the indicated discussion will gain importance and intelligibility. In this context, came up as fundamental hypothesis that mechanisms created to be the second industrial center of the country, provided conditions for the formation of an entrepreneurial mentality to a new economic order that, at this juncture, it was stimulated by the need to face the problem of business excellence and competitive leadership with more intensity and effectiveness, even for the sake of their own survival.

Keywords: Rio Grande do Sul. Industrial Center. Opening of the businesses.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Indústria de Transformação.....	103
Quadro 1 - Indústria de Transformação do Estado do Rio Grande do Sul.....	112
Quadro 2 - Distribuição dos Financiamentos por Ramos Industriais 1971.....	121
Quadro 3 - Distribuição dos Financiamentos por Ramos Industriais 1972.....	122
Quadro 4 - Taxas de Crescimento do PIB e da Inflação 1971 a 1974.....	125
Quadro 5 - Ramos de Atividade Que Mais Cresceram - Jan.1972 a Dez. de 1973.....	130
Quadro 6 - Nível Tecnológico Alcançado Pelas Empresas Gaúchas.....	140
Figura 2 - Modelo dos Três Círculos de uma Empresa Familiar.....	142
Quadro 7 - Tipo de Propriedade X Nível Tecnológico.....	144
Quadro 8 - Tipo de Propriedade.....	146
Quadro 9 - Grau de Abertura das Empresas Industriais no Rio Grande do Sul.....	148
Quadro 10 - Constituição Jurídica das Empresas.....	148
Quadro 11 - Tipo Jurídico de Empresas Gaúchas Entrevistadas.....	149
Quadro12 - Empresas Subsidiárias de Grupos Nacional ou Estrangeiro.....	150
Quadro 13 - Transferência ou Venda das Empresas 1972/1974.....	188

LISTA DE SIGLAS

ABIPEÇAS - Associação Brasileira da Indústria de Autopeças

ABINEE - Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica

ABIB - Associação Brasileira da Indústria de Base

ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comércio

BANRISUL – Banco do Estado do Rio Grande do Sul

BNDE. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico

BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento Extremo Sul

CREAI - Carteira de Crédito Agrícola e Industrial

CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil

CINFA - Centro da Indústria Fabril do Rio Grande do Sul

CIERGS – Centro Industrial do Rio Grande do Sul

CDI - Comissão de Desenvolvimento Industrial

CEPAL - Comissão Econômica Para a América Latina

CEDIC - Companhia de Desenvolvimento Industrial e Comercial

CIPERGS - Companhia Industrial Petroquímica Rio-Grandense

CNI - Confederação Nacional da Indústria

CDE - Conselho de Desenvolvimento do Estado

CONDEI - Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado

CEPEDI - Conselho Especial de Planejamento e Expansão de Distritos Industriais

FDRH - Federação de Desenvolvimento de Recursos Humanos

FEE-RS - Federação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul

FIERGS – Federação do Estado do Rio Grande do Sul

FIESP - Federação do Estado de São Paulo

FAPERGS - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio Grande do Sul

FMI - Fundo Monetário Internacional

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FUDOPEM-RS - Fundo de Operação Empresa do Rio Grande do Sul

GAP - Gabinete de Administração e Planejamento

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IESPE - Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos

INPS – Instituto Nacional de Previdência Social

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ISEB - Instituto Superior de Estudo Brasileiro

JC - Jornal do Comércio

OIT - Organização Internacional do Trabalho

ONU- Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo

I PND - Primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND)

PIB – Produto Interno Bruto

PED - Programa Estratégico e Desenvolvimento

PIS - Programa de Integração Social

SCP - Secretaria de Coordenação e Planejamento

SIC - Secretaria de Indústria e Comércio

II PND - Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento

SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito

SUPLAG - Superintendência de Planejamento Global

Sumário

INTRODUÇÃO.....	14
1. A POLITICA INDUSTRIAL DO ESTADO NACIONAL E O EMPRESARIADO DO SETOR: UMA ANÁLISE TEÓRICA A PARTIR DE UMA REVISÃO INTERDISCIPLINAR (1930-1974).....	25
1.1 ASPECTOS ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO SETOR INDUSTRIAL: UMA ANÁLISE DE VARGAS A GEISEL.....	25
1.2 O PROCESSO DE ARTICULAÇÃO DO EMPRESÁRIO DA INDÚSTRIA.....	46
1.2.1 Entidades Empresariais.....	60
2. EMPRESÁRIOS INDUSTRIAIS GAÚCHOS: UMA ANÁLISE HISTÓRICA DOS ELEMENTOS DE FORMAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E INTERESSES.....	67
2.1 EMPRESÁRIO INDUSTRIAL GAÚCHO: A FORMAÇÃO DA ESTRUTURA CORPORATIVA DE REPRESENTAÇÃO DO SETOR.....	67
2.2 O DESENVOLVIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL GAÚCHO 1930-70.....	75
2.2.1 Tecnologia Industrial Gaúcha.....	82
2.3 O EMPRESÁRIO INDUSTRIAL GAÚCHO E O CAPITAL ESTRANGEIRO.....	87
3. O GOVERNO DO ESTADO E O PROGRAMA ESTRATÉGICO E ESTRATÉGIAS DO DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL GAÚCHO 1971-1974.....	93
3.1 A POLÍTICA NACIONAL E O SETOR INDUSTRIAL GAÚCHO: UM BREVE CONTEXTO.....	93
3.2 O GOVERNO EUCLIDES TRICHES: UM PANORAMA DO PLANO DE GOVERNO.....	99
3.3 OS INSTRUMENTOS INSTITUCIONAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL.....	107
3.3.1 A Secretaria de Indústria e Comércio.....	108
3.3.2 A Secretaria de Coordenação e Planejamento.....	112
3.3.3 Os Recursos do BRDE e FUNDOPEM.....	119
4. AS EMPRESAS GAÚCHAS: ANÁLISE ESTRUTURAL E ESTRATÉGIA COMPETITIVA 1970-1974.....	126
4.1 UMA VISÃO MACRO DA NOVA CONJUNTURA TECNOLÓGICA E COMPETITIVA.....	126
4.2 A CONJUNTURA TECNOLÓGICA E COMPETITIVA DO SETOR INDUSTRIAL GAÚCHO.....	129
4.3 AS CARACTERÍSTICAS DAS EMPRESAS GAÚCHAS.....	141

4.3.1 Grau de Abertura das Empresas Gaúchas.....	147
5. OS PADRÕES DE AÇÕES POLÍTICA: UMA ANÁLISE DA FEDERAÇÃO E DO EMPRESARIADO INDUSTRIAL.....	159
5.1 O ESTADO E A FIERGS: OS PRINCÍPIOS DE INTEGRAÇÃO “ESTADO-EMPRESA”	159
5.2 A AÇÃO POLÍTICA-ESTRATÉGICA DA FIERGS PARA A QUALIFICAÇÃO INDUSTRIAL E APRIMORAMENTO DA MÃO DE OBRA.....	168
5.3 A FIERGS E O TEMA DAS MULTINACIONAIS, CAPITALIZAÇÃO DE RECURSO EMPRESARIAL E FUGA DE CAPITAIS.....	174
5.4 A AÇÃO POLÍTICA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL GAÚCHO.....	190
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	205
REFERÊNCIAS.....	212
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	212
DOCUMENTAIS.....	220
A) Documentais – Imprensos.....	220
B) Documentais – Impressos.....	222
Sites da Internet	224

INTRODUÇÃO

Nos anos 1970, o ambiente das economias de industrialização avançada lidou com uma série de transformações que acarretaram forte impacto sobre a base técnica das diversas indústrias e alteraram mudanças nas composições habituais de mercado, bem como no aparelhamento das empresas. Assim, os setores industriais considerados tecnologicamente avançados nos anos 1960 e 1970 foram aperfeiçoados por alterações tecnológicas e por uma energização de formas amplias de transformação. Tais características evidenciaram uma mudança de paradigma das técnicas intensivas em capital e energia e de produção constante e de massa. Para tanto, configurava-se uma conjuntura às novas possibilidades comerciais abertas com a crescente liberalização dos mercados e às novas distinções do processo concorrente, na medida em que oligopólios mundiais se formavam a partir do alargamento universal das empresas transnacionais japonesas, europeias e americanas. Por conseguinte, a abertura dos mercados cunhou uma nova ordem econômica, fundamentada na estruturação de novas formas de preparo da produção, com destaque na concorrência e na inovação tecnológica. Logo, as inovações de organização industrial são velozmente acionadas à cultura das empresas, como resposta às novas provocações de mercado.¹

No Brasil, o ano de 1970 marcou o início do período ao qual se convencionou chamar de “Milagre Brasileiro”², que se estendeu até o final do ano de 1973. Empréstimos e investimentos estrangeiros alavancam o processo de desenvolvimento, ao mesmo tempo os novos empregos e a inflação baixa traziam euforia à classe média e ao empresariado. Neste interim, o ministro da Fazenda, Antônio Delfim Netto, declarava que deixassem: “funcionar o mercado, estimulando a concorrência e criando

¹ Ver dentre outros, Lastres, Helena. M. M. “**Globalização e o papel das políticas de desenvolvimento industrial e tecnológico**”. Texto para Discussão n. 519. Brasília: IPEA, 1997. Cassiolato, José. E.; Lastres, Helena .M.M. **Globalização e inovação localizada: experiências de sistemas locais no Mercosul**. Brasília: IBICT/MCT, 1999.

² A expressão milagre brasileiro decorre de fenômenos idênticos ocorridos na Alemanha Ocidental e no Japão nas décadas anteriores. As dificuldades de explicar a rapidez com que a Alemanha se reerguia das ruínas da guerra-motivo de surpresa e admiração-leva profissionais da imprensa (e a outros) a divulgarem o fenômeno como Milagre Alemão. O Japão, outro país atingido pela guerra projeta-se economicamente no mundo, com grande força e poder de competitividade nos anos sessenta, o que leva os analistas a identificarem o fenômeno como o Milagre Japonês. Aproveitando a onda e capitalizando também êxito esportivo como a conquista do tricampeonato mundial no México - assim como a economia brasileira começa a apresentar altas taxas de crescimento em anos sucessivos, o governo militar procura difundir a imagem de que a década de setenta seria a vez do milagre brasileiro. Ver em: BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1984.

as condições para que o sistema de preços reflita, efetivamente, a escassez relativa dos fatores de produção”.³

Para o presente estudo, por trás da declaração do ministro havia um conjunto de princípios com o intuito de orientar o empresariado a nova ordem econômica que se conferia aos países em desenvolvimento. Neste contexto, moldar-se a nova ordem econômica tinha uma importância estruturante e perene nas empresas como meio de alavancar ganhos de produtividade, reduzir custos e pavimentar um procedimento sustentável de geração de produtos ou serviços inovadores.

Nesta conjuntura de uma nova onda de crescimento e de inovação, a industrialização na economia gaúcha passou a ser impulsionada principalmente pelo *Projeto Grande Rio Grande* (Governo Euclides Triches - 1971-1974), que articulou uma unidade pela política fiscal, pelo planejamento e por gestões políticas junto ao Governo Federal. Tal projeto tinha como uma de suas metas a formulação de uma política industrial que pudesse alcançar e manter a taxa mínima de 7% de crescimento anual do produto industrial. O governo Euclides Triches, ao escolher o setor industrial como área prioritária fazia afirmações no sentido de ser possível o fortalecimento do poder de competição e o crescimento do Estado no contexto nacional.⁴

O otimismo do governo Euclides Triches de estar no caminho certo e seguro das potencialidades do crescimento industrial gaúcho tinha como ação estratégica um modelo denominado de Estado-Empresa. Nesta direção, o Estado e a Federação da Indústria do Rio Grande do Sul (FIERGS) projetaram elevar o setor industrial gaúcho à condição de segundo polo industrial do país. Essa posição tornou-se mais contundente com a declaração do Ministro Delfim Neto as lideranças políticas e industriais do Rio Grande do Sul, a esses afirmou que conseguiriam alcançar o objetivo de se tornar o segundo polo industrial do país.⁵

Nessa conjuntura as lideranças empresariais, o Estado do Rio Grande do Sul e a FIERGS deixaram transparecer nos meios de comunicação⁶ que era possível ao Estado gaúcho tornar-se o segundo polo industrial do país. Toda essa confiança tinha como mola propulsora os dados oficiais do governo. Em 12 de outubro de 1972, os técnicos do Instituto de Planejamento do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral

³ IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)**, 2ªed.; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977. p.249.

⁴ RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: AL/RS 1971.

⁵ **Relatório Anual FIERGS/CIERGS, 1971**.

⁶ Indústrias gaúchas são as que mais crescem no país. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, 9 de outubro de 1972. p.1.

apresentaram dados que colocavam o Rio Grande do Sul como o Estado que mais tinha crescido entre 1971 e 1972. Tais dados descreviam que o Estado gaúcho apresentava a marca de 20,7% de crescimento, superando São Paulo, com 18,5%. Naquele mesmo mês, dados do IBGE/DEICOM confirmaram os índices de crescimento do setor industrial gaúcho.

Os empresários e a Federação interpretaram esse momento como um marco na história da indústria gaúcha. A preconização do Estado, como planejador e como investidor, faz-se predominantemente no sentido da abertura e garantia de campos para a ação empresarial. Desta forma, a astúcia por parte dos diretores empresariais, de realizarem uma abertura a nova ordem econômica constituía-se em fator relevante na definição de possibilidades futuras de adotar procedimentos modernizadores no setor industrial gaúcho.

Entretanto, algumas questões como dificuldades financeiras enfrentadas pelas empresas, até mesmo uma mentalidade mais tradicionalista por parte de alguns empresários, que não consideravam a possibilidade de mudanças nas suas empresas, traduzindo-se em indicadores de uma mentalidade menos arrojada e empreendedora, reunia entraves para uma abertura empresarial.

Contudo, esses não foram os únicos fatores que condicionaram o desempenho do setor industrial gaúcho para uma nova abertura empresarial, posto que existia certa subordinação da economia gaúcha ao polo hegemônico de desenvolvimento capitalista no país, o qual delimitava os espaços a serem ocupados pelas indústrias regionais no processo de acumulação nacional, refletindo-se na capacidade de articulação e luta do industrial gaúcho na defesa de seus interesses em nível nacional a abertura empresarial.

Entre 1971 e 1974, a política industrial do Estado gaúcho e da Federação consubstanciada no modelo Estado-Empresa promoveram condições ou de caminhos a serem considerados pelo empresariado para o desenvolvimento da atividade produtiva. Entretanto, apesar da política industrial proporcionar a instalação de diversos setores à promoção industrial, não conseguiu alcançar seu objetivo, tornar-se o segundo polo industrial.

Frente a esse dimensionamento o presente estudo busca analisar as afirmações dos empresários, da Federação e do Estado quanto às melhores estratégias a serem adotadas, à política a ser seguida, às medidas a serem tomadas, enfim, quanto ao melhor caminho para o futuro da indústria gaúcha segundo esses intérpretes. Dessa forma, analisamos a ação política FIERGS, dado a fato de que, ao nível formal, a entidade é o órgão máximo de estrutura de representação patronal oficial do Estado. No período

pesquisado, cabe ressaltar que a Federação adotava uma política de Estado-Empresa, situada dentro de um pensamento econômico desenvolvimentista que tinha como projeto econômico básico uma industrialização com proteção estatal ao capital industrial nacional; em associação a essa estratégia política estavam os empresários, os quais passaram a conviver com um intenso debate a respeito dos rumos de suas empresas, diante de um contexto econômico nacional e mundial; de outro lado, estava o Estado com a sua política industrial para o setor.

Neste sentido, o desenvolvimento do presente estudo está relacionado com as medidas políticas do empresário industrial, do arranjo político-institucional do Estado para o setor industrial e a mobilização política do setor privado (FIERGS), os quais orientaram as estratégias e ações políticas para elevar o parque industrial gaúcho como segundo polo industrial do país no início da década de 1970.

Especificamente, a tese por mim delineada não trata de uma análise de situações de empresas determinadas: o foco da pesquisa está no setor industrial. Contudo, o objetivo geral da tese não trata do desenvolvimento industrial, e sim de verificar o grau de abertura alcançado pelos industriais, através de dados referentes aos níveis da inovação tecnológica, política industrial, mentalidade empresarial, características das empresas e da ação política da Federação e do empresário a adoção de uma nova ordem econômica. Portanto, considerou-se que as estratégias e ações políticas, as quais tinham como objetivo elevar o parque industrial gaúcho como segundo polo industrial do país no início da década de 1970, proporcionou condições a formação de uma mentalidade empresarial a uma nova ordem econômica.

Com fim, dentro da diversidade do contexto econômico que foi delineada considerou-se que a repercussão de novos investimentos para o setor criou expectativa e projetou mobilizações no meio industrial a uma nova ordem econômica. Nesse ínterim, apreciou-se que, apesar de tantos estudos referentes ao setor industrial gaúcho, há uma lacuna até onde vai nosso conhecimento no âmbito da compreensão do processo de desenvolvimento do setor industrial com essa abordagem. Portanto, uma reconstrução histórica que ajude explicar como os recursos implantados tanto pela Federação como pelo Estado do Rio Grande do Sul, possibilitaram a formação de uma mentalidade empresarial a uma nova ordem econômica, no entanto, não foram suficientes para colocar o setor industrial gaúcho como o segundo polo industrial do país, pode vir a contribuir na evolução do estudo da indústria gaúcha.

Em função da problemática apresentada, a opção do recorte temporal dessa pesquisa está intimamente ligada à dimensão das relações entre A FIERGS e o Estado,

que tinha como pano de fundo elevar o Estado ao segundo polo industrial do país. Desta forma, o período de estudo contempla a implementação das políticas industrial com vistas ao desenvolvimento do setor apresentada nas diretrizes do programa de governo de Euclides Triches, consubstanciada no *Projeto Grande Rio Grande* entre os anos 1971-1974.

Ainda dentro do aspecto temporal, em um segundo plano, o desenvolvimento da pesquisa evidenciou a necessidade de analisar o problema caracterizado com relação à formação de uma mentalidade empresarial a uma nova ordem econômica, sugerindo uma temporalidade maior que busca-se descrever os antecedentes históricos dos elementos constitutivos da evolução do setor industrial e da mentalidade empresarial no que consiste em fator relevante para a compreensão do objeto da pesquisa. Com efeito, optamos por trazer a sucessão de fatos históricos da política econômica, do processo de industrialização e do empresário industrial no viés macro e micro a partir de 1930.

A seleção da produção historiográfica nesse estudo leva em consideração a conjuntura em que a obra foi produzida, assim como a formação teórica dos autores. No palco teórico da economia, trabalhamos com um estudo que aborda o desenvolvimento industrial e a atuação empresarial na industrialização, especificamente na região sul do Brasil. Tal estudo foi desenvolvido em 1973 pelo Instituto de Estudos Sociais, Políticos e Econômicos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, e versa sobre elementos para o conhecimento do industrial gaúcho e suas possibilidades concretas de ação na sociedade gaúcha. Em resumo, o estudo busca levantar hipóteses explicativas remissivas às condições que motivaram ou influenciaram a ação do empresário industrial gaúcho, outorgando-lhe características peculiares.⁷

Outros estudos de caráter descritivo, que propõem fornecer elementos econômicos e objetivam a formulação de dados para a compreensão do desenvolvimento do setor industrial e da ação do empresário industrial no Rio Grande do sul, foram localizados e analisados na Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul (FEE).⁸ De forma complementar procurou-se estudos na Sociologia, na Administração e no campo da História, áreas que também voltaram seus estudos para a

⁷ Velloso, Tânia Putten, et al. **O Empresário Industrial do Rio Grande do Sul e a Inovação Tecnológica**. Porto Alegre: PUCRS, 1973.

⁸ FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 25 Anos de Economia Gaúcha. Porto Alegre, V.4 1978; BANDEIRA, P.S. **O crescimento da indústria no Rio Grande do Sul na década de 70: um estudo comparativo**. Porto Alegre: FEE, 1988; DALMAZO, R.A. **Planejamento Estadual e acumulação no Rio Grande do Sul: 1940-1974**. Porto Alegre: FEE, 1992. Entre outros.

análise do setor industrial gaúcho⁹. Embora exista uma gama de trabalhos historiográficos referente ao objeto da pesquisa, não foi encontrado algum que trate especificamente de avaliar o grau de abertura do empresário industrial gaúcho a uma nova ordem econômica no referido período da pesquisa.

Por certo, avaliou-se que as escolhas das fontes historiográficas favoreceu o levantamento de uma pesquisa quanto à articulação da ação política do empresário industrial, da Federação e do Estado no que tange ao objeto da presente pesquisa.

O uso de documentos para o historiador possibilita ampliar o entendimento de objetos cuja compreensão necessite de contextualização histórica e sociocultural. O historiador, ao se deparar com as fontes documentais, compreende que elas não falam por si, mas “respingam” um universo de perguntas a serem estabelecidas. A análise documental permite formular hipóteses quanto ao processo de maturidade ou de desenvolvimento de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros¹⁰.

O levantamento documental do presente estudo procurou levar em consideração a significativa quantidade de dados, sendo de fundamental importância para a pesquisa as discussões sobre o desenvolvimento e sobre as políticas industriais para o setor, quando do ponto de vista de interesse do empresariado industrial. Dessa forma, cinco tipos de documentos foram considerados como prioritário quanto a material de pesquisa:

► Relatório Anual da Federação da Indústria do Estado do Rio Grande do Sul (FIERGS), FIERGS/CIERGS – 1970-1974: documentos que sintetizam as principais atividades da entidade no ano. Dentre as atividades estão os posicionamentos políticos que representam a vontade geral dos empresários. Disponível no NUI (Núcleo de informação da FIERGS): Avenida Assis Brasil, 8787, Cristo Redentor, Porto Alegre – RS, 91010-000.

► Relatório da Diretoria: documentos na forma de boletins informativos, CIERGS/FIERGS. Disponível no NUI (Núcleo de informação da FIERGS): Avenida Assis Brasil, 8787, Cristo Redentor, Porto Alegre - RS, 91010-000.

⁹ CARDOSO, Fernando. H. **Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Difel, 1964; LEOPOLDI, Maria. Antonieta. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 2000; DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais – Brasil anos 90**. Rio de Janeiro: FGV, 2000. Entre outros.

¹⁰ CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

► Ata de Reunião Almoço, FIERGS/CIERGS: o documento relata a posição política dos atores envolvidos no evento e os caminhos a serem trilhados. Tais documentos foram elaborados em ocasiões em que a Federação buscou trazer empresários de destaque e personalidades políticas a fim de discutir os caminhos do setor industrial gaúcho. Disponível no NUI (Núcleo de informação da FIERGS: Avenida Assis Brasil, 8787, Cristo Redentor, Porto Alegre – RS, 91010-000.

► RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa. Porto Alegre: AL/RS. Exemplar de 1970 a 1974: documento no qual é apresentado o plano de governo anual, bem como todas as políticas públicas realizadas pelo Estado no período. O documento faz parte do projeto Memória do Planejamento Estadual, disponibilizado através do acervo da Secretaria de Planejamento e Gestão; tal projeto resgata documentos históricos com o objetivo de preservar a memória do Poder Executivo Estadual e tornar acessível à consulta documentos públicos relacionados à atividade de planejamento. Está disponível no endereço: <<http://www.scp.rs.gov.br/>>.

► Jornal do Comércio, entre 1972 e 1974. Fundado em 1933, tem hoje setenta e oito anos de atividades ininterruptas. Instalado na Av. João Pessoa, em Porto Alegre, e com circulação diária, a característica do jornal no período da pesquisa era a de fazer um jornalismo focado para o setor econômico do Rio Grande do Sul. O Jornal do Comércio, respeitado veículo da imprensa gaúcha, descrevia de forma bastante contundente a estrutura e a conjuntura do setor industrial. Nesse sentido, as articulações políticas do empresário industrial, as políticas industriais do Estado para o setor e as manifestações da FIERGS fazem-se nele presente. Cabe salientar que esta fonte exigiu uma reflexão no que diz respeito à relação entre a história e a imprensa, a fim de esclarecer alguns questionamentos que surgem com relação a esta fonte no meio acadêmico referente à produção científica do fazer história e o fazer jornalismo¹¹. O acervo para pesquisa do Jornal do Comércio está disponível no Palácio do Comércio, Largo Visconde de Cairu, 17, 3º andar, Porto Alegre – RS, 90030110.

Dentro do universo da pesquisa, o historiador depara-se com as mais diversas fontes que o conduzem a uma multiplicidade de caminhos, determinando escolhas e

¹¹Sobre este assunto ver: ELMIR, Cláudio Pereira. **As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica**. In: Cadernos PPG em História da UFRGS, Porto Alegre, dezembro de 1995, n.13; CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.

explicitando as regras próprias do fazer historiográfico. Por meio de procedimentos metodológicos a fonte reorganiza e reconstrói o objeto de estudo. Assim, para Michel de Certeau, a produção do discurso, de práticas científicas e de uma escrita devem sempre levar em conta a relação entre o lugar (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), os procedimentos de análise (uma disciplina) e a construção de um texto (historiografia)¹². Nesse sentido, nosso procedimento metodológico quanto à seleção da historiografia utiliza o critério qualitativo de análise, como será explicado a seguir.

O método empregado para seleção e codificação dos documentos é a Análise Qualitativa de Conteúdo. Para a prática desse método recorreremos aos trabalhos de Núncia Santoro do Constantino, Laurence Bardin e Roque Moraes¹³. A partir da interpretação dos estudos desses autores a análise de conteúdo foi organizada em torno de três polos cronológicos. No primeiro polo está a pré-análise, que tem como procedimento a elaboração do sumário de pesquisa e do banco de dados. O segundo polo, concentra-se na interpretação e análise das fontes documentais. No terceiro polo, a produção escrita.

O primeiro polo, a pré-análise, refere-se à disposição do material para pesquisa. Desta forma, neste estudo as categorias dispostas para a pesquisa são:

- › O empresário industrial e suas entidades de representação;
- › Política econômica;
- › O Setor industrial e as políticas industriais;
- › O grau de abertura política a uma nova ordem econômica;
- › A fuga de capitais das empresas gaúchas entre 1972 e 1974.

Transposta as etapas de reunir o material coletado e de leitura dos mesmos, passamos ao segundo dispositivo da pré-análise, o sumário de pesquisa e banco de dados. O primeiro, o sumário de pesquisa, visa à preparação do material, tendo como fundamentação teórica uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero

¹² CERTEAU, Michel de. **A operação historiográfica. In: A escrita da história.** Rio de Janeiro. Ed. Forense Universitária, 1982.

¹³ Sobre análise de conteúdo: MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo. Educação,** Porto Alegre: Faculdade de Educação/ PUCRS/ Curso de pós Graduação, 1999. p.5-31; BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo.** Rio de Janeiro: Edições 70, 1977; CONSTANTINO, Núncia Santoro de. **Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades.** Estudos Ibero-americanos. PUCRS, V. XXVIII, n. 1, p. 183-194, junho de 2002.

(analogia), com os critérios previamente definidos¹⁴. O segundo, o banco de dados, reúne o material coletado dentro da disposição do sumário de pesquisa.

Nesse procedimento metodológico, o segundo polo corresponde à interpretação das conclusões do processo de análise do material do banco dados através do cruzamento desses dados, resultando no terceiro polo, a produção escrita do estudo – o que não difere do entendimento do professor Roque Moraes, que descreve essa etapa como interpretação das conclusões do processo de análise e decodificação dos documentos¹⁵.

Ao avaliar o grau de abertura do empresário industrial a uma nova ordem econômica, buscou-se constatar até que ponto as medidas da política industrial do Estado gaúcho, bem como a política da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul, constituiu-se em veículos de transformação a uma mentalidade modernizadora. Sobretudo considerando que nesse contexto avaliou-se que a abertura empresarial surge com imperativos que conduzem ao desenvolvimento tecnológico. A direção do avanço técnico define-se em desempenho de um conjunto de elementos e problemas que surgem ao longo do desenvolvimento de uma empresa. De acordo Rosenberg, a possibilidade de uma empresa ou uma indústria florescer em termos técnicos é função dos níveis tecnológicos já contraídos e de suas características organizacionais, também adquiridas, ao longo do processo.¹⁶

Assim, esse estudo explora as possibilidades da problemática central, medir o grau de abertura empresarial a uma nova ordem econômica. Na esfera dos objetivos específicos, buscou-se avaliar os pontos determinantes, que tem como finalidade as seguintes proposições:

- detalhar o processo de desenvolvimento do setor industrial;
- identificar e avaliar o processo da implementação das políticas indústrias para o setor;
- analisar a política da Federação com relação à capacitação do empresário a uma nova ordem econômica;
- detalhar e analisar as estruturas de representação do setor industrial, sua relação com a política de desenvolvimento no objetivo de elevar o Estado ao segundo polo industrial do país e seu posicionamento frente ao tema da fuga de capitais das empresas gaúchas;

¹⁴ BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro. Edições 70, 1977.

¹⁵ MORAES, Roque. **Análise de Conteúdo**. Educação, Porto Alegre: Faculdade de Educação/ PUCRS/ Curso de pós Graduação, 1999. p.5-31.

¹⁶ ROSENBERG, Nathan. **Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia**. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 2006.

- analisar as posições políticas no meio empresarial quanto as suas necessidades e ao tema da abertura empresarial a uma nova ordem econômica.

A partir da formulação dos objetivos geral e específicos deste estudo, sistematizou-se os dados da pesquisa, a fim de organizar um estudo em que fosse possível apresentar os fatos de forma cronológica, com vistas a possibilitar um entendimento quanto às indagações do nosso objeto de pesquisa. Para tanto, o presente estudo estruturou-se em cinco capítulos.

O primeiro capítulo apresenta uma discussão teórica do empresário da indústria nacional e do desenvolvimento da política econômica para o setor. Aliando-se a essa reflexão, relatamos as práticas adotadas pelo Estado no processo do desenvolvimento industrial no país, o pensamento político do industrial e seus modelos de representação entre os governos de Vargas e Geisel. O objetivo é o de rever uma parte destes estudos a fim de identificar e compreender esta conjuntura e as diversas visões sugeridas por estudiosos que se dedicam ao tema. Desta forma, o presente capítulo reúne alguns estudos com fundamentos teóricos nessa direção, entre a década de 1930 a 1974.

O segundo capítulo destina-se a descrever e a analisar a estrutura corporativa de representação dos interesses do setor industrial gaúcho. Dessa forma, elaborou-se um estudo sobre o desenvolvimento industrial gaúcho, a tecnologia industrial e o capital estrangeiro, de maneira a compor o quadro do setor industrial gaúcho (1930-70), verificando as condições tecnológicas e a formação de mão de obra especializada para o setor e, a ação política do empresário industrial gaúcho com relação ao capital estrangeiro.

O terceiro capítulo detalha a política industrial do governo do Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase no governo Euclides Triches (1971-1974) e nos seus instrumentos institucionais para o desenvolvimento do setor industrial, consubstanciados no *Projeto Grande Rio Grande*, completa-se assim os dados conjunturais que possuem relação com o objeto da pesquisa. Desta forma, a finalidade deste capítulo é o de apreciar a ação da política do governo do Estado do Rio Grande do Sul, com ênfase no desenvolvimento da política industrial.

Após esses estudos, no capítulo quatro buscou-se analisar os pontos relevantes do processo estrutural das empresas gaúchas no começo da década de 1970, investigando uma série de transformações que causaram forte impacto sobre a base técnica das diversas indústrias e induziram mudanças nas estruturas tradicionais de mercado.

Por fim, no capítulo cinco é realizada uma análise crítica da ação política da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul e do empresário industrial gaúcho. Tal análise está ligada às questões do desenvolvimento do setor secundário, aos procedimentos modernizadores em nível empresarial, às condições competitivas, as modificações tecnológicas no organismo industrial e ao grau de abertura a nova ordem econômica, tendo como pano de fundo o projeto de colocar o setor com segundo polo industrial do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo abordou o tema da industrialização tendo como pano de fundo a ação estratégica do Estado e da Federação da Indústria do Rio Grande do Sul (FIERGS) de elevar o setor industrial gaúcho à condição de segundo polo industrial do país e seus reveses. Ao longo deste estudo, buscou-se descrever e analisar os principais elementos que visam esclarecer em que medida o desenvolvimento econômico e político do setor industrial fundamentou a rápida expansão de novas tecnologias no início de 1970, alicerçando um novo comportamento no setor industrial, com vistas à necessidade de redefinir seu papel no modelo econômico.

Para a formulação dessa hipótese de trabalho, construímos um estudo dividido em duas partes. A primeira referiu-se ao período de 1930 a 1970, onde foi detalhada a contextualização histórica do objeto da pesquisa em nível nacional. Nesse período iniciava uma representação dos interesses industriais e da nova forma de industrialização no país. A tentativa de situar o processo brasileiro de industrialização e seus aspectos mais relevantes pareceram-me o formato adequado de analisar o papel e a ação do Estado e dos empresários na preservação das formas que contemplam, de maneira integrada, a permanência e a dinamização do desenvolvimento industrial.

Ainda nessa primeira parte, julgou-se necessário e oportuno descrever igualmente a contextualização em nível regional. Dessa forma, coube analisar as particularidades do comportamento e do desenvolvimento do setor industrial, a formação da entidade de representação, as condições de classe do empresariado nelas presente. Enfim, perceber seus objetivos com relação à política econômica, seus padrões de ação política, pois embora sucintos, têm o propósito dar suporte a uma análise mais conclusiva do tema.

A partir do capítulo quatro, a pesquisa centra-se no período específico de nosso objeto, desta forma, é feita uma análise das empresas gaúchas com relação a sua estrutura e estratégia competitiva. A seguir, o capítulo cinco trata de destacar o estudo de caso das particularidades do comportamento da Federação, analisadas frente às políticas públicas para o setor industrial desencadeadas pelo Estado. Nessa conjuntura, procuramos fornecer subsídios quanto à posição do empresário, em especial em relação ao seu papel na definição do desenvolvimento industrial e sua abertura frente a esse contexto.

Este estudo esteve fundamentado na afirmação teórica sobre a política industrial respaldada por diversos autores. Assim, no primeiro momento, considerou-se,

por meio da historiografia, que o desenvolvimento industrial se fez em consequência das políticas de cada governo. Logo, por meio de diversos autores, indicou-se que só poderiam ocorrer mudanças no desenvolvimento industrial através das políticas industriais para o setor. Ou seja, por meio da política de desenvolvimento industrial com a proteção do Estado através do modelo baseado na substituição das importações. Contudo, não se verificou dados documentais para sustentar a interpretação de que o empresariado não interfere nesse processo.

Portanto, em seguida, exploramos a produção da ação política do empresariado e sua relação com o arranjo político-institucional. Abordagem pareceu-me ser a mais ajustada para o conjunto dos objetivos do estudo, em particular o de demonstrar que os empresários estabeleceram uma forma de ação essencialmente pragmática, apoiando diferentes governos e regimes políticos, conforme seus interesses. Desse modo, procurou-se construir uma reflexão teórica acerca da expressão do empresariado para o presente estudo, sem deixar de lado as particularidades da dimensão econômica que caracteriza esse empresário.

Nessa direção, a pesquisa do objeto ganha integração satisfatória a partir da análise da sua forma de organização, as entidades representativas do empresariado. O nível de representação que as entidades tinham se dava pela dimensão econômica e também pela dimensão crucial da ação política, que faziam com que os empresários industriais tivessem uma maior ou menor representação política.

A pesquisa no âmbito regional dessa primeira parte teve por finalidade fundamentar a característica do setor industrial gaúcho, bem como caracterizar o empresário e o desenvolvimento do setor. Nessa fase da pesquisa verificamos que, como mecanismo do desenvolvimento industrial, o CINFA se punha como um intermediador entre os empresários e o governo. Sua representação destacava certa pressão, respaldada pela sua aliança com as forças agrárias. Portanto, a instituição buscou impor sua influência na preparação da política econômica industrial, bem como resguardar e defender seus interesses, o que leva a concluir que a entidade marca a constituição do empresariado enquanto classe.

Com base nos estudos feitos até então, considera-se, portanto, que o corporativismo das entidades indústrias que se instaurou no Brasil não pode ser considerado como “preciso”, mas “dual”. Principalmente a partir de 1960, tendo em vista a forma como as organizações das associações setoriais da indústria, vieram se somar à estrutura oficial e dar maior representatividade ao empresariado local. Desta forma, as associações foram as que mantiveram um canal mais aberto e de influência

junto ao Estado na implantação do regime autoritário. Instalou-se, assim, um esquema duplo: enquanto as associações civis perseguiam metas pontuais, a estrutura sindical estava mais voltada para questões legais. A indústria, nesta conjuntura, procurava resguardar cada vez mais sua atuação, com a criação desses canais adicionais, que poderiam permitir uma atenuação da rigidez determinada pelo princípio corporativo do monopólio da representação. Nesta nova contextualização o padrão de representação formal de interesses dos industriais não dava mais conta da defesa desse universo mais complexo. A representação segmenta-se para atender as variadas necessidades e as associações setoriais passam a operar de forma paralela ao esquema corporativo oficial, aprofundando o processo de diferenciação do empresariado.

Além disso, buscou-se evidenciar, neste capítulo, que a indústria gaúcha é influenciada pelo legado cultural do imigrante. O imigrante teve como característica o acúmulo de capitais industriais na atividade mercantil e fabril, além de beneficiar-se de conjunturas específicas da política e da economia gaúcha e nacional, o que levou a promover o desenvolvimento industrial no Estado. Neste ínterim, houve o crescimento das indústrias gaúchas, que tiveram novos sócios, uma união dentro de um formato marcado quase exclusivamente por grupos familiares. De certa forma, tal situação demonstra a construção mental de boa parte dos empresários gaúchos com relação ao comando de suas empresas.

Portanto, ao final dessa primeira parte, analisaram-se as novas tecnologias, as novas formas de organização do trabalho e da produção e da relação do empresário industrial gaúcho com o capital estrangeiro. O exame das posições dos empresários da indústria gaúcha frente ao capital estrangeiro no período em análise revelou que eles apresentaram uma ação política bem definida, tanto no aspecto relacionado às áreas de atuação como naquele referente à formulação de leis reguladoras. De certa forma, não se caracterizando como um grupo passivo e politicamente desarticulado.

Portanto, nesse estudo considerou-se que esses elementos influenciaram o desenvolvimento industrial, visto que as questões tecnológicas, o poder aquisitivo do mercado consumidor, a política fiscal, os investimentos em infraestrutura, dentre outros, constituíam parte dos fatores sistêmicos da competitividade da indústria gaúcha. Em suma, foi possível perceber que a indústria do Rio Grande do Sul integrou-se ao padrão de acumulação industrial do país, embora tenha acrescido com um lapso de tempo maior e com certa defasagem em relação às transformações ocorridas no centro do país, o que não evitou o dinamismo de seu desempenho no período pós 1970.

O período conhecido como “milagre brasileiro” (1968-1973) fez parte de uma conjuntura com altas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB). Tal crescimento no setor industrial foi impulsionado pelo amplo programa de investimento do Estado, o qual investiu de forma intensa em infraestrutura de serviços, tendo como apoio empréstimo no exterior. Como resultado dessa orientação, o estudo centrou esforços com a afinidade de fornecer elementos à análise da política do governo estadual gaúcho com vistas ao desenvolvimento industrial.

O governo Euclides Triches (1971-1974), através de um planejamento flexível consubstanciado no *Projeto Grande Rio Grande*, elaborou projetos específicos, os quais estavam articulados à política do governo federal. Entretanto, as consolidações de tais projetos eram da responsabilidade da gestão pública do governo do Rio Grande do Sul. Dessa forma, o governo articulou seu planejamento estadual através da Secretaria de Coordenação e Planejamento, a qual ficou responsável pelo cumprimento de uma ampla reforma administrativa, assim como pela coordenação das contas internas por meio da elaboração do Orçamento Anual e do Orçamento Plurianual de Investimentos. Efetivamente, a disposição e o domínio do aparelho público ofereceram credibilidade no mercado, viabilizando, junto às agências de financiamento do Governo Federal, bancos oficiais e privados, estimáveis recursos para o desenvolvimento industrial, situação que, a nosso ver, possibilitou o financiamento da industrialização contido aos programas e fundos do Estado gaúcho.

O planejamento do Estado teve grande concentração em serviços básicos como o insumo de energia elétrica, os serviços de armazenamento da produção, as políticas de incentivo à produção e à exportação, os serviços portuários, os escritórios de telecomunicações, áreas que eram fundamentais para afiançar o acúmulo de capital, mas nas quais era desinteressante a exploração capital privado, o que de certa forma viabilizou sua estatização.

Nesse contexto, os recursos do BRDE não mais ficaram restritos à política de crédito para pequenas e médias empresas: com a instauração dos distritos industriais, os recursos do BRDE passaram a beneficiar grandes empresas que operavam em escala nacional e internacional. Assim, os programas de assistência do BRDE vieram a financiar a criação de uma infraestrutura contemporânea, necessária às novas formas do desenvolvimento das exportações e das estradas alimentadoras. Os programas de investimentos, nesse ínterim, buscaram uma integração com o projeto do Superporto de Rio Grande e do Porto de Porto Alegre, como também empreendimento de todas as condições básicas para a instalação da indústria petroquímica.

Tais políticas de desenvolvimento industrial, arquitetadas pelo governo, o que tudo indica, beneficiaram diretamente grandes empresas particulares e estatais. Obviamente essa afirmação não equivale a dizer que todas as decisões em termos de planejamento e controle das políticas econômicas do Estado produziram-se com vistas ao desenvolvimento de um determinado perfil de indústria e de seu crescimento econômico, pois esse resultado foi obtido, mediante o já exposto no capítulo quatro, quando verificamos que no governo de Euclides Triches, através da Secretaria de Indústria e Comércio, a Secretaria de Coordenação e Planejamento e do Banco Regional de desenvolvimento Extremo Sul, vincularam de forma substancial, incentivos fiscais e financeiros na indicação de novos investimentos privados e estatais e na aprovação e estímulos ao setor industrial. Os setores que mais receberam benefícios do fundo foram: metal mecânico, produtos alimentares e de madeira, representando 80,76% dos recursos repassados para empresas, e 45,05% do número de empresas beneficiadas, reservando para o setor e de metal mecânico e metalúrgico o maior número de empresas, 20,75%.

No início de 1970, período em que foram gestadas as políticas para o setor industrial gaúcho relacionadas ao novo padrão de crescimento do país e que resultaram em uma estrutura industrial mais sedimentada, a indústria do Rio Grande do Sul apresentou diferenciais de produtividade elevados em relação ao conjunto das atividades industriais do país. Este indicativo de produtividade motivou a Federação e o Estado a projetar o setor industrial como segundo polo industrial do país. Um traço marcante da evolução da economia regional naquele momento foi sua abertura crescente para os mercados fora de suas fronteiras, sejam nacionais, sejam estrangeiros. Essa característica é uma expressão da efetiva integração do mercado. Nesse sentido, a abertura da economia brasileira e a necessidade de competir no mercado internacional tornaram inevitável uma equiparação (ou pelos menos a busca de) das indústrias gaúchas aos padrões dominantes em escala mundial.

Diante dessa conjuntura observamos uma tendência vinculada ao porte das indústrias gaúchas. Um grande número de pequenas empresas, com baixo faturamento e com deficiência no desenvolvimento tecnológico, condições que muitas vezes incidem na dificuldade de obter financiamentos. A direção dessas empresas, a “grosso modo”, é de controle familiar, tendência que obstaculizava a adoção de procedimentos mais modernizadores no setor secundário da economia, por motivos já analisados no capítulo quatro desse estudo. Portanto, não raras vezes, a perda do controle familiar condicionava a transferência do controle acionário para fora do Estado.

Pelo que já foi demonstrado até o momento, considerou-se que as interferências dos fatores estruturais construído pelo Estado permitiram, historicamente, o sucesso dos empreendimentos industriais. Todavia, é imperativo destacar as ações políticas dos atores sociais, os quais tiveram relevante participação no desenvolvimento do setor industrial gaúcho, a Federação e o empresário industrial gaúcho.

Com relação ao pano de fundo que tinha como objetivo elevar o Rio Grande do Sul como segundo polo industrial do país, constatou que, através da proposta difundida na concepção de Estado-Empresa, a Federação colocou-se em posição de parceira do Estado em relação à promoção do desenvolvimento da industrialização regional. Na conjuntura seguinte, Estado e Federação concentraram suas ações na solução de modernização do parque industrial gaúcho. A passagem para um novo patamar de desenvolvimento industrial tinha como desafio superar a qualificação do industrial gaúcho. Nesse sentido, que as medidas e os recursos implementados nessa direção proporcionou uma abertura empresarial a uma nova ordem econômica.

Embora assegure que nessa fase ter havido uma abertura empresarial em função das medidas implementadas, cabe, no entanto, frisar que a indústria gaúcha enfrentou alguns problemas. Um desses problemas aparece expresso, sobretudo pelo contexto da fuga de capitais das empresas, que na análise desse estudo, demonstrou uma inovação por parte dos empresários. A análise passa pelas fontes analisadas, que descreveram à precariedade dos recursos financeiros, principalmente para as pequenas e médias empresas. Por certo, esse era um dos principais problemas das empresas, uma vez que a falta de recursos financeiros tendia a enfraquecer a capacidade das empresas de desenvolver projetos para seu desenvolvimento. Nessa direção, alguns empresários souberam ler e aproveitaram-se da conjuntura promovendo projetos arrojados. Aproveitando favoravelmente as oportunidades emergentes que se configuravam naquele momento, promoveram um olhar nada tradicional para o crescimento de suas empresas, ou seja, as associações com outras empresas, de forma a se colocarem em uma posição de vanguarda.

Desta forma, avaliou-se nesse estudo que a fuga de capitais das empresas gaúchas entre 1972 e 1974 está inserida dentro de uma política de desenvolvimento, de crescimento e de sobrevivência das empresas. Diferentemente do que afirmou a FIERGS, frente à problemática da fuga de capitais das empresas gaúchas, buscou termos como “desgauchização” e “desnacionalização”, para justificar tal situação.

No entanto, analisou-se que participação política da FIERGS quanto à conjuntura da fuga de capitais não poderia ter um discurso diferente. Como classe

patronal, tem que servir como órgão de pressão frente às questões que afligem os industriais. Basicamente, a FIERGS conhecia a totalidade dos indicadores de financiamentos por parte do Estado. Apesar das críticas feitas ao Estado, a Federação não colocou esse como culpado pela situação, e sim, as forças de fora. Portanto, a Federação delegou como culpado pela fuga de capitais das empresas, a crise monetária internacional, a imprecisão e a incerteza que passaram a regular as relações entre moedas, a crise do dólar, como ponto de referencia que era. No entender da FIERGS, tais condições proporcionaram a desorganização e insegurança, e assim, fez nascerem óbices muitos sérios.

Nas análises conclusivas desse estudo o fato de uma grande parte do industrial gaúcho não vislumbrarem uma abertura empresarial a uma nova ordem econômica se deu em circunstâncias de que estes estavam intimamente aliados à antiga forma de controle familiar, dentro do conceito, já descrito anteriormente pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso, capitão da indústria. O empresário, nesse contexto, oferece toda a sorte de resistência a qualquer prática de empreendimento que possa por em risco o poder de decisão da família. Por consequência, nessas empresas observam-se grupos diretivos com dificuldade para acompanhar o progresso tecnológico. Portanto, analisou-se nesse estudo que a abertura empresarial gaúcha poderia ter sido maior se não fosse a mentalidade fechada do empresariado, menos aventureiro e mais conservador.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo de Paiva et all. **A ordem do progresso: cem anos de política.** Rio de Janeiro: Campos: 1989.

ACCURSO, Claudio. **Industrialização Gaúcha e Financiamento.** Porto Alegre: ISCRE, 1968.

AGUIRRE, Brasília M. B. e SADDI, Fabiana. Uma alternativa de interpretação do II PND. In: **Revista de economia política**, out./nov. São Paulo, v. 17, n.4(68), 1997, p. 78-98.

ALCOFORADO, Fernando. **Um projeto para o Brasil.** São Paulo: Nobel, 2000.

SAES, Alexandre Macchione. **Conflitos do capital: Light versus CBEE na formação do capitalismo brasileiro (1898-1927).** 2008. 310f. Tese (doutorado em Economia) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, UNICAMP, Campinas, 2005.

ALMEIDA, Pedro. **O processo de expansão da indústria do Rio Grande do sul entre 1930 e 1955.** 1993. 210f. Dissertação (mestrado em História) - Faculdade de História da UNICAMP, Campinas, 1993.

ALVES, Maria H. Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984).** Petrópolis: Vozes, 1984.

ATA de Reunião Almoço **FIERGS/CIERGS** 18 julho, 1961.

BAER, W. **A Economia Brasileira.** 2º ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BAER, W. **Economia brasileira.** São Paulo: Nobel, 1996.

BAER, W. **A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil.** 5 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1983.

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL. **Subsídios para políticas, estratégias e programas industriais do Rio Grande do Sul: perspectiva e cenário para o desenvolvimento de longo prazo.** Porto Alegre: BRDE, v. IV, 1983.

BANDEIRA, Moniz. **Brizola e o trabalhismo.** 2ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

BANDEIRA, P.S. **O crescimento da indústria no Rio Grande do Sul na década de 70: um estudo comparativo.** Porto Alegre: FEE, 1988.

BANDEIRA, Pedro S. **A produção gaúcha na econômica nacional: resposta a uma crítica.** Porto Alegre: Ensaio FEE 4, 1984.

BANDEIRA, Pedro. S.; GRUNDLING, N. A. **O Crescimento da Indústria no Rio Grande do Sul na Década de 70: Um Estudo Comparativo**. Porto Alegre: FEE, 1988. v. 1.

BARBOSA, Fernando Holanda. Emissão monetária. In: **Ensaio sobre inflação e indexação**. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1977.

BASTOS, Pedro P. Zahluth . Geopolítica e finanças no pós-guerra: esperanças e restrições no governo Dutra (1946-1951). **Anais VII Congresso Nacional de Economia Política** (Sociedade Brasileira de Economia Política, SEP). Florianópolis: [s.n.], 2003.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. **O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento Econômico Brasileiro**. São Paulo: Contraponto, 1988.

BOSCHI, Renato R. **Elites Industriais e Democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do estado patrimonial ao gerencial. In: PINHEIRO, Wilhelm; SACHS (Org.). **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1984.

CAPELATO, Maria Helena R. **Imprensa e História no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1988.

CAPUTO, Ana Claudia. **Desenvolvimento Econômico Brasileiro e o Investimento Direto Estrangeiro: Uma Análise da Instrução 113 da SUMOC – 1955/1963**. 2007. 116f. Dissertação (Mestrado em Economia) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CARDOSO, Fernando H; FALLETO, E. **Desenvolvimento e dependência na América Latina: um ensaio de interpretação sociológica**. 4ed. Zahar: Rio de Janeiro, 1977.

CARDOSO, Fernando Henrique. **Autoritarismo e democratização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

_____. **Empresariado industrial e o desenvolvimento econômico no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1972.

_____. O papel do empresário no processo de transição: o caso brasileiro. Rio de Janeiro: **Dados**, vol. 26, nº. 1, p. 9-27, 1983.

CARRION JÚNIOR, Francisco M.. Por um projeto regional. In: RIBEIRO, Carlos R. M. **Autonomia ou submissão**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Antônio Barros de. Ajustamento x transformação: a economia brasileira de 1974 a 1984. In: CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. **A economia brasileira em marcha forçada**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. **História da política exterior do Brasil**. São Paulo: Ática, 1992.

CHIESA, Dirceu Antônio. **Economia para não economista: uma visão real da atualidade econômica**. Porto Alegre: Sulina, 1978.

CONSTATINO, Núncia Santoro de. Pesquisa histórica e análise de conteúdo: pertinência e possibilidades. **Estudos Ibero-americanos**. PUCRS, V. XXVIII, n. 1, p. 183-194, jun.2002.

CORREA, Daniel Rocha. **Contratos de transferência de tecnologia**. Belo Horizonte: Movimento editorial da faculdade de direito da UFMG, 2005.

CRUZ, Sebastião C. Velasco. **O empresariado e o Estado na transição brasileira: um estudo sobre a economia política do autoritarismo 1974-1978**. São Paulo: FAPESP, 1995.

CUNHA, Luiz, Antônio. **O Ensino Profissional na Irradiação do Industrialismo**. São Paulo: UNESP, 2000.

DALLAMÉIA, Renata B. **Política de Atração e Manutenção dos Investimentos Industriais no Estado do Rio Grande do Sul: Uma Análise do Fundo de Operação de Empresas**. 2001. 162f. (Dissertação de Mestrado em Economia)- PPGE, UFRGS, Porto Alegre, 2001.

DALMAZO, Renato Antônio. **Planejamento Estadual e acumulação no Rio Grande do Sul: 1940-1974**. Porto Alegre: FEE, 1992.

DALMAZO, Renato Antônio. Planejamento estadual e acumulação no Rio Grande do Sul: 1940– 1974. In: **Teses – Secretaria do Planejamento e da Administração** (Fundação de Economia e Estatística) Porto Alegre, nº 16, dez. 1992.

DICIONÁRIO Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

DINIZ, E. BOSCHI, R.; SANTOS, F. **Elites políticas e econômicas no Brasil contemporâneo: a desconstrução da ordem corporativa e o papel do Legislativo no cenário pós-reformas**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e o Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DINIZ, Eli. **Empresários, interesses e mercado: dilemas do desenvolvimento no Brasil**. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

DINIZ, Eli. **Globalização, reformas econômicas e elites empresariais – Brasil anos 90**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DINIZ, Eli; BOSCHI, Renato. **Globalização do setor privado no Brasil nos anos 90**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

DRAIBE, Sônia. **Rumos e Metamorfoses: Estado e industrialização no Brasil: 1930—1960**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

_____. **Rumos e Metamorfoses: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil, 1930-1960**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

DREIFUSS, R. Artur. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1981.

EINLOFT, Cláudio. Ainda a Questão Regional. In: **Informativo do Economista**. Porto Alegre: FEE, 1982.

ELMIR, Cláudio Pereira. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos PPG em História da UFRGS**, Porto Alegre, n.13, dez. 1995.

EVANS, Peter. **A tríplice aliança: as multinacionais, as estatais e o capital nacional no desenvolvimento dependente brasileiro (1964-1974)**. Rio de Janeiro: Zaliar, 1982.

FANJZYLBBER, Fernando. **La industrialización teninca de America Latina**. Santiago del Chile: Nueva Imagem, 1983.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: FDE, 1998.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: um ensaio de interpretação sociológica**. 2ªed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

FIQUEREDO, Nuno Fedelino. **A Transferência de Tecnologia no Desenvolvimento Industrial do Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1972.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Da hegemonia à crise do desenvolvimento: a história do BRDE**. Porto Alegre: BRDE, 1988.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Sobre a Intencionalidade da Política Industrializante no Brasil na década de 1930. Rio de Janeiro: **Revista de Economia Política**, v. 23, n.1, p.133-148, jan/março 2003.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Vargas: o capitalismo em construção**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Difusão: São Paulo, 1965.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 15ed. São Paulo: Nacional, 1977.

GERSICK, Kelin. E.; DAVIS, J. A; HAMPTON, M. M.; LANSBERG, I. **De Geração para Geração: ciclos de vida das empresas familiares**. Rio de Janeiro: Campus, 2006.

GREMAUD, A., SAES, F. TOLETO Junior, R. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

GROS, Denise Barbosa. **Burguesia Industrial Gaúcha e o Estado Nacional – 1964-1978**. Porto Alegre: FEE, 1987.

HAAS, Ani Maria. **A industrialização no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1971.

HADDAD, Cláudio Luiz S. **O Crescimento do Produto real no Brasil, 1900-1947**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1978.

HERRLEIN, Ronaldo Jr; CORAZZA, Gentil. Indústria e comércio no desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul, 1930-1985. In: **História Geral do Rio Grande do Sul**, Livro 5 – República II (1930-1985). Porto Alegre: UPF e UERGS, 2006.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 1972.

IPEA. **Aspectos do planejamento e orçamento dos estados**. V.23. Rio de Janeiro: IPEA/IPLAN, 1972.

JAGUARIBE, Hélio. **Condições Institucionais do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura/Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

JAGUARIBE, Hélio. Matos. **A política tecnológica e sua articulação com a política econômica: elementos para uma ação do Estado**. Rio de Janeiro: UFRJ/ÍEI, 1984.

JAGUARIBE, Hélio. **O Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

KIRSCHNER, Ana Maria. Empresas brasileiras dos anos 90: sucesso e mudança de mentalidade? In KIRSCHNER, A.M; GOMES, E. (Org). **Empresa, empresários e sociedade**. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1999.

LAGO, P. C. **A SUMOC como embrião do Banco Central: sua influencia na condução da política econômica, 1964/1965**. Rio de Janeiro: PUC, 1982.

LANDO, Aldair M. & BARROS, Eliana C. Capitalismo e colonização: os alemães no Rio Grande do Sul. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, Sérgio, (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

LEOPOLDI, M. A. P. **Política e interesses na industrialização brasileira: as associações industriais, a política econômica e o Estado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

LEOPOLDI, Maria Antonieta P. Crescendo em meio à incerteza: a política econômica do governo JK (1956-60). In: GOMES, Ângela de Castro (org.). **O Brasil de JK.** 2 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

LESSA, Carlos. **A estratégia de desenvolvimento, 1974-1976: sonho e fracasso.** Campinas: IE/Unicamp, 1998.

LESSA, Carlos. **Estratégia de desenvolvimento 1974-1976: sonho e fracasso.** São Paulo: UNICAMP, 1992.

LESSA, Carlos. **Quinze Anos de Política Econômica.** 3ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.

LOVE, Joseph. **O Regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930.** São Paulo: Perspectiva, 1975.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Costa e Silva: 1967-1969. In: **Revista de Economia Contemporânea**, v. 10, n. 3, set./dez. 2006.

MARTINS, Luciano. **Estado capitalista e burocracia no Brasil.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

MARTINS, Luciano. **Estatização da economia ou privatização do Estado?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

MARTINS, Luciano. Formação do empresário industrial no Brasil. Rio de Janeiro. **Revista Civilização Brasileira**, nº 08 13. maio.1967.

MARTINS, Luciano. **Industrialização, burguesia nacional e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Saga, 1968.

MIRANDA, Samir Perrone de. **Projetos de Desenvolvimento e Ecampações no Discurso do Governo de Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963).** 2006. 210f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

MORAES, Gilmar Ferreira de. **A Federação da Indústria do Estado do Rio Grande no contexto da abertura 1974 -1984.** 2007. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de História da PUCRS: Porto Alegre.

MORAES FILHO, Evaristo. **O problema do sindicato único no Brasil.** São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

MORAES, Roque. Análise de Conteúdo. **Educação**, Porto Alegre: Faculdade de Educação/ PUCRS/ Curso de pós-graduação, p. 5-31, 1999.

- MULLER, Geraldo. A economia política gaúcha dos anos 30 aos 60. In: DACANAL, J. H., GONZAGA, S., org. **RS: economia e política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.
- NASCIMENTO, Benedito Heloiz. **O desenvolvimento e seu modelo**. São Paulo: USP, 1986.
- OLIVEIRA, Francisco de. **A economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica a Razão Dualista, o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OLSON, Mancur. **A Lógica da Ação Coletiva**. São Paulo: EDUSP, 1999.
- PASSOS, Édio et al. **Família, família, negócios à parte: como fortalecer laços e desatar nós na empresa familiar**. São Paulo: Gente, 2006.
- PASSOS, Maria C.; LIMA, Rubens S. Entre perdas e ganhos: apontamentos sobre a indústria gaúcha. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v. 13, n. 2, p. 485-571, 1992.
- PASSOS, Maria, C; CALANDRO, Maria, L. Considerações sobre a reestruturação da indústria brasileira. **Ensaio FEE**, (13)1115-130, Porto Alegre, FEE, 1992.
- PELLANDA, E. Aspectos gerais da colonização italiana no Rio Grande do Sul. In: **Álbum Comemorativo do 75º aniversário da colonização italiana no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. Globo, 1950.
- PEREIRA, Jose Maria Dias. **O Desenvolvimento da Indústria Gaúcha no Século XX**. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- PEREIRA, Luís Carlos Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo: Brasiliense 1985.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Desenvolvimento e Crise no Brasil**. São Paulo: 5ª ed. Ed. 34, 2003.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Do Iseb e da Cepal: À Teoria da Dependência. In: TOLEDO, Caio Navarro de (org.) **Intelectuais e Política no Brasil: A Experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- PERREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Estado e Subdesenvolvimento Industrializado**. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho (1889-1930)**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A História da Indústria Sul-Rio-Grandense**. Guaíba: RIOCEL, 1985.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **RS: a economia e o poder nos anos 30**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PESAVENTO, Sandra. O imigrante na política rio-grandense. In: DACANAL, José Hildebrando; GONZAGA, S. (org.). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

PORTER, Michel, E. **Vantagem competitiva: criando e sustentando um desempenho superior**. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

PORTER, Michel. **Estratégia: A busca da vantagem competitiva**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PRADO, Caio Junior. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

REICHEL, Heloísa J. A industrialização no Rio Grande do Sul na República Velha. In: DACANAL, J. H.; GONZAGA, S. (org.). **Rio Grande do Sul: Economia & Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

RESENDE, Cyro de Barros. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: CONTEXTO, 2002.

REZENDE, Cyro de Barros. **Economia brasileira contemporânea**. São Paulo: Contexto, 1999.

ROSENBERG, Nathan. Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 2006.

ROSTOW, Walt W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. Rio De Janeiro: Zahar, 1974.

SCHEFFER, Angela. B. B. **Sucessões em empresas, familiares: dificuldades e ações preventivas**. 1993. 141 F. Dissertação (Mestrado em Administração). UFRGS, Porto Alegre.

SCHIRMER, Lauro. **Flores da Cunha: de corpo inteiro**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **O pensamento nacionalista e os “Cadernos de Nosso Tempo”**. Brasília: UNB/Câmara dos Deputados, 1979.

SEGATTO, José Antonio. **A formação da classe operária no Brasil**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

SIMONSEM, Mario Henrique; CAMPOS, Roberto de Oliveira. **A Nova Economia Brasileira**. 3º ed. Rio de Janeiro: Olympio, 1979.

SIMONSEN, Ricardo C. **Evolução industrial do Brasil e Outros Estudos**. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SODRÉ, Néelson Werneck. O problema da burguesia. In: SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução à revolução brasileira**. Rio e Janeiro: José Olympio, 1958.

- SOLA, Lurdes. **Ideias Econômicas e Decisões Políticas**. São Paulo: EDUSP, 1998.
- TARGA, Luiz R. P. A economia do Rio Grande do Sul não é parte da economia nacional. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, n.2, p.161-164, 1984.
- TAVARES, M. da C. A retomada da hegemonia americana. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro vol. 5, n.º 2, abril-junho, 1985.
- TAVARES, Maria da conceição. **O grande salto para o caos: e economia política e a política econômica do regime autoritário**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- VELLOSO, Diderot Menegassi. **Aspecto da indústria do Rio Grande do Sul**. IESP: Porto Alegre, 1971.
- VELLOSO, Tânia Putten, et al. **O Empresário Industrial do Rio Grande do Sul e a Inovação Tecnológica**. Porto Alegre: PUCRS, 1973.
- VIANNA, Sérgio Besserman. Política Econômica Externa. In. Abreu de Paiva (org.). **A Ordem e Progresso: cem anos de economia republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campos, 1990.
- VILLELA, Anibal; SUZIGAN, Wilson. **Política do governo e crescimento da economia brasileira: 1880-1945**. Série Monográfica, Rio de Janeiro: IPEA, nov. 1975.
- WERNER, Rene. **Família & Negócios**. Barueri: Manole, 2004.

DOCUMENTAIS

A) Documentais - Imprensa

- A falta de orientação de crédito é causa da desnacionalização. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 7, 12.dez.1973.
- A FIERGS tem restrições as multinacionais. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.22, 29.dez.1973.
- A Importância dos Incentivos Creditícios Para a Indústria. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 3, 3.abr.1972.
- Administração mal feita é o problema de pequenas empresas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.11, 17.set.1973.
- Agora o governo já sabe quais são as prioridades. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 17, 17.jan. 1972.
- As empresas gaúchas não aproveitam os incentivos concedidos pelo CDI. **Jornal da Indústria FIERGS/CIERGS**, nº16, ano I, abr.1973.

Atualização, grande problemas das empresas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 15, 7.maio.1973.

BRDE e FIERGS criam no Estado o Instituto de Desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul (IDERGS). **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.4, 31.ago.1972.

CAMARGO, Dirceu. Os conglomerados no Brasil. **Jornal de Comércio**, Porto Alegre, p.4, 12. abr.1972.

CAMARGO, Dirceu. Fusões de empresas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.4, 22.mar.1972.

Decreto de Médici beneficiará as pequenas e médias empresas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 2, 8.abr.1972.

Diversificação não é a única opção para a sobrevivência da Indústria. **Jornal do comércio**, Porto Alegre, p.6, 11.jun.1973.

Empresários aplaudiram novo prazo de empréstimo externo. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 2, 25. jun.1972.

Empresários que uma nova estrutura industrial para o Rio Grande do Sul. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.12, 12.abr.1973.

Empresários querem identificar as oportunidades de novas fabricas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 12, 24.nov.1972.

Empresas multinacionais não constitui perigo. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.11, 6.jul.1973.

Empresas multinacionais não precisam de legislação especifica, diz Jost. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 4, 3.dez.1973.

Empresas multinacionais podem se tornar influente demais. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 14, 29. dez.1973.

Empresas multinacionais: é necessário criar mecanismo seguro para o controle. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 10, 29.nov.1973.

Empresas querem estímulos fiscais para a formação de capital de giro. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.9, 3.set.1973.

Estratégia Industrial. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.2, 9.maio.1973.

Estrutura de capital deficiente é a causa da desnacionalização. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.2, 3. nov.1973.

FIERGS quer saber qual o grau de endividamento das empresas. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.2, 9. maio.1973.

FIERGS: Estado poderá ser o segundo na indústria do país. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.5, 18.out.1973.

Fusão de Empresas em Novo Hamburgo. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.10, 8.ago.1972.

Governo e Empresário Analisam o Desenvolvimento do Estado. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, Segundo Caderno, p.2, 25. jul.1973.

Grupo gaúcho que acompanhar desenvolvimento da economia. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, Segundo caderno, capa, 28.dez.1973.

Há uma nova safra de fusões e incorporações. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.11, 30.jun.1973.

Incentivo Para Fusão de Empresas. **Jornal do Comércio**. Porto alegre, p. 9, 9.out.1972.

Incorporar empresas é receita para a expansão. **Jornal do Comércio**, 2º Caderno, p.1, 31.jul.1972.

Indústria contribuirá para manter a inflação em 12% em 1973. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 19, 9.jan.1973.

Indústrias gaúchas são as que mais crescem no país. **Jornal do Comércio**. Porto Alegre, p. 1, 9.out.1972.

Iniciativa pioneira é vitoriosa e já fez mais de 100 casamentos de indústria. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.12, jun.1972.

Não defendemos o liberalismo nem o paternalismo estatal. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 5, 17. jul.1973.

PALUDO, Victor. As Fusões? Incorporações e o profissional. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.04, 20.jan.1972.

Seguro para financiamento à pequena e média empresa. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p.5, 2.nov.1973.

Subcapitalização das empresas preocupa o setor industrial. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 7, 10.jan.1973.

B) Documentais - Impressos

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. A. J. Renner: discursos e artigos (1931/1952). A. J. Renner. AXT, Gunter (org.). Porto Alegre: CORAG, 2000.

FIERGS/CIERGS **Boletim Informativo** nº 42 de 25 de setembro de 1951.

FIERGS/CIERGS, **Relatório Anual** 1971.

FIERGS/CIERGS, **Relatório Anual** 1972.

FIERGS/CIERGS, **Relatório Anual** 1973.

FIERGS/CIERGS, **Relatório Anual** 1974.

FIERGS/CIERGS. **Ata de Reunião Almoço**. 07 de março, p. 3, 1961.

FIERGS/CIERGS. **Ata de Reunião Almoço**. 14 de agosto de 1964.

FIERGS/CIERGS. **Ata de Reunião Almoço**. 19 de agosto de 1972.

FIERGS/CIERGS. **Ata de Reunião Almoço**. 19 de novembro de 1963.

FIERGS/CIERGS. **Ata de Reunião Almoço**. 1966.

FIERGS/CIERGS. **Boletim Informativo** nº 32 de 19 de Julho de 1951.

FIERGS/CIERGS. **Relatório da Diretoria** novembro de 1939/novembro de 1940.

FIERGS/CIERGS. **Relatório da diretoria**. 1957-1958.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **A produção gaúcha na economia nacional**: uma análise da concorrência intercapitalista. Tomo 1, Porto Alegre, 1983.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **25 Anos de Economia Gaúcha**. Porto Alegre, V.4, 1976.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre. 25 Anos de Economia Gaúcha. Porto Alegre, V.4, 1978.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. **Contas regionais, produto interno bruto do Rio Grande do Sul: 1970-1985**. Metodologia e Tabela Estatísticas. Agregados econômicos. Porto Alegre: FEE, 1987.

RELATÓRIOS DA DIRETORIA DO CENTRO DA INDÚSTRIA FABRIL DO RIOGRANDE DO SUL. Porto Alegre: CINFA, 1930-1931.

RELATÓRIOS DA DIRETORIA DO CENTRO DA INDÚSTRIA FABRIL DO RIOGRANDE DO SUL. Porto Alegre: CINFA 1932-1933.

RELATÓRIO da diretoria nos boletins informativos CIERGS/FIERGS em novembro de 1949 a novembro de 1950.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: AL/RS 1970.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: AL/RS, 1971.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: AL/RS 1972.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: AL/RS 1973.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Mensagem do Governador à Assembleia Legislativa**. Porto Alegre: AL/RS 1974.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. **Terceiro Pólo Petroquímico: uma conquista no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: 1976.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da fazenda. **Balço Geral de Estado**. Exemplares de 1972 a 2002. Porto Alegre: Secretária da Fazenda 1970/2002.

Sites da Internet

COMISSÃO Mista Brasil e Estados Unidos. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) Disponível em: <<http://www.cpd.c.fgv.br>>. Acesso em: 20.dez.2010.

PASSOS, Maria Cristina et al. **Mudança estrutural e inserção competitiva da indústria do RS: notas e questões emergentes**. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/.../1503>>. Acesso em: 19.dez.2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretária da Coordenação e Planejamento. **Síntese do Encaminhamento das Mensagens dos Governadores à Assembleia Legislativa**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/MENSAGENSTricheRigottopdf>> . Acesso em: 12.out.2010.

TAVARES, Maria. C. Memórias da economia brasileira. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 ago. 2004. Disponível em: <<http://www.abordo.com.br/mctavares/fsp160.htm>>. Acesso em: 24. out. 2011.